

BMG LEASINGS S.A.

ARRENDAMENTO MERCANTIL

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 34.265.561/0001-34

www.bancobmg.com.br/ri

Senhores acionistas,

A Administração da BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bmg Leasing), controlada do Banco Bmg S.A. ("Banco Bmg"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

As operações da Bmg Leasing eram direcionadas ao setor de transporte, através do arrendamento mercantil de veículos leves e pesados. A Bmg Leasing não realiza atualmente novas operações de arrendamento mercantil.

Sobre o Banco Bmg

Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico, e acima de tudo, humano. Somos DIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	Nota	2022	2021
Ativo			
Disponibilidades	3	480	261
Instrumentos Financeiros		982.456	887.679
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	982.456	887.679
Outros créditos	5	42.973	37.364
Ativos fiscais		36.957	29.356
Diversos		5.976	7.968
Outros valores e bens		234	115
Total do Ativo		1.026.143	925.419

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Reserva de lucros				
	Capital social	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2020	760.000	10.967	90.999	3.098	
Aumento de capital					
Lucro líquido do exercício					22.192
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos (nota 8)		1.110	(5.271)		(22.192)
Constituição de reservas			21.082		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	760.000	12.077	106.810	3.098	881.985
Saldos em 31 de dezembro de 2021	760.000	12.077	106.810	3.098	881.985
Lucro líquido do exercício					64.623
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos (nota 8)		3.231	(15.348)		(64.623)
Constituição de reservas			61.392		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	760.000	15.308	152.284	3.098	931.260
Saldos em 30 de junho de 2022	760.000	13.643	129.120	3.098	905.861
Aumento de capital					
Lucro líquido do exercício					33.309
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos			(7.910)		(33.309)
Constituição de reservas		1.665	31.644		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	760.000	15.308	152.284	3.098	931.260

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 - Contexto operacional

A BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição" ou "Leasing") possui como objetivo principal a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974, observadas as disposições legais em vigor.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação das Instituições Financeiras BMG. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições. A Leasing não apresentava saldo em aberto de operações de arrendamento mercantil, nem realizou novas operações em 2021 e 2022.

A Leasing é constituída sob a forma de Companhia fechada, controlada pelo Banco Bmg S.A., situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

NOTA 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

1.1.1 Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Banco Bmg observa o disposto na Resolução CMN 4.818/20 e na Resolução BCB nº 220, passando a apresentar o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Conglomerado, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Resolução CMN nº 3.959/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
Resolução CMN nº 4.077/11 - CPC 22 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Resolução CMN nº 4.749/19 - CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo
Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos

Subsequente e CPC 41 (R1) - Resultado por Ação

Alguns números incluídos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Plano para a implementação Resolução CMN nº 4.966/21

Em atendimento ao disposto no art. 76º da Resolução CMN nº 4.966/21, apresentamos, de forma resumida, o plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta resolução, já aprovada pelo Conselho de Administração durante o ano de 2022.

A frente de trabalho foi estruturada nos principais pilares normativos: (i) Reconhecimento, Classificação, Mensuração e Balanço; (ii) Perda Esperada; (iii) Contabilização de Hedge e (iv) Evicção.

A execução das atividades está sendo realizada pela BMG Leasing em etapas conforme descrito a seguir:

- Identificação das principais diferenças de requisitos entre as normas atuais e a Resolução CMN nº 4.966/21;

- Avaliação dos procedimentos, controles e sistemas, identificando as necessidades de adequação;

- Identificação da necessidade de adequação de modelos e parâmetros existentes para cálculo de perdas esperadas e

- Estabelecimento de planos de implantação detalhados considerando os processos e sistemas.

A BMG Leasing não espera impacto relevante na adoção da Resolução CMN nº 4.966/21. Entretanto, cabe destacar que, conforme o art. 67 da Resolução CMN 4.966/21, o BACEN poderá divulgar normas adicionais que sejam necessárias à execução da Resolução. Tais normas podem causar impactos relevantes nos planos de ação que foram identificados.

Descrição das principais políticas contábeis adotadas - (a) Auração do resultado - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que são reconhecidos em períodos seguintes. (b) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Leasing para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Títulos e valores mobiliários - De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2011, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação - aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, que são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos no resultado; (ii) Títulos disponíveis para venda - os títulos utilizados como parte da estratégia para administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos, juros e dividendos, reconhecidos em períodos seguintes; (iii) Títulos disponíveis para venda decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a Valor de Mercado" - Títulos disponíveis para venda, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos, mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração de resultados, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquido dos correspondentes efeitos tributários. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado dessas operações.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, conforme a Resolução CMN nº 4.749/19. (d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. (e) Outros valores e bens - Despesas antecipadas - São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, obrigações legais benéficas ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte do ativo da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros. (f) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. (g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.832, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 7).

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos Tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os Passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 7).

Obrigações Legais Benéficas - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 7). (h) Impostos de renda e contribuição social - A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20 milhões, por um imposto de renda e 15% para a contribuição social.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2021, passando para 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação. (i) Plano de remuneração - Administradores O Conglomerado Bmg possui um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da instituição, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é definido pela Assembleia Geral. O direito de remuneração variável é atribuído quando o atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

NOTA 3 - Disponibilidade

O saldo de disponibilidades da Bmg Leasing pode ser apresentado como segue:

	2022	2021
Caixa e saldos em bancos	480	261
Total - Circulante	480	261
NOTA 4 - Aplicações em depósitos interfinanceiros	2022	2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	982.456	887.679
Total - Circulante	982.456	887.679

Aplicações em depósitos interfinanceiros

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

982.456

887.679

Tudo isso tem impacto positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo PF, Varejo PJ, Atacado e Gestão de Recursos. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de proporcionar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Bmg Leasing registrou lucro líquido de R\$64,6 milhões e patrimônio líquido de R\$931,3 milhões, correspondendo uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 7,1%. Em 31 de dezembro de 2022, o total de ativos atingiu R\$1.026,1 milhões, dos quais R\$382,5 milhões referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros.

Agradecemos a todos os diretores, colaboradores e parceiros pelo empenho, e aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio e confiança depositados.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

À Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2022	2021
Passivo e Patrimônio Líquido			
Provisões	6(a)	23.350	15.788
Obrigações fiscais	6(a)	45.914	17.446
Outras obrigações	6(b)	25.619	10.200
Total do Passivo		94.883	43.434
Patrimônio Líquido		931.260	881.985
Capital social - De domiciliados no país	8	760.000	760.000
Reservas de lucros		1.726.260	1.219.985
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.026.143	925.419

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Reserva de lucros				
	Capital social	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2020	760.000	10.967	90.999	3.098	
Aumento de capital					
Lucro líquido do exercício					22.192
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos (nota 8)		1.110	(5.271)		(22.192)
Constituição de reservas			21.082		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	760.000	12.077	106.810	3.098	881.985
Saldos em 31 de dezembro de 2021	760.000	12.077	106.810	3.098	881.985
Lucro líquido do exercício					64.623
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos (nota 8)		3.231	(15.348)		(64.623)
Constituição de reservas			61.392		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	760.000	15.308	152.284	3.098	931.260
Saldos em 30 de junho de 2022	760.000	13.643	129.120	3.098	905.861
Aumento de capital					
Lucro líquido do exercício					33.309
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos			(7.910)		(33.309)
Constituição de reservas		1.665	31.644		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	760.000	15.308	152.284	3.098	931.260

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 5 - Outros créditos

	2022	2021
Ativos fiscais diferidos (i)	9.433	6.288
Ativos fiscais correntes (ii)	27.564	22.170
Devedores por depósitos em garantia (iii)	4.379	6.379
Devedores diversos - país	1.522	1.515
Outros	75	74
Total	42.973	37.364
Circulante	8.108	8.118
Não-Circulante	34.865	33.246

(i) Os Ativos fiscais diferidos foram constituídos e registrados com base nos aspectos demonstrados na Nota 11 e estão relacionados com prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social que serão recuperados com lucros tributários futuros e provisões temporariamente não dedutíveis, cuja realização depende do encerramento dos respectivos processos.

(ii) O saldo de Ativos fiscais correntes são compostos basicamente por R\$13.871 (2021 - R\$13.398) referentes aos valores registrados em decorrência do trânsito em julgado em 06/04/2009 da Ação Rescisória visando ao reconhecimento do seu direito ao recolhimento da COFINS apenas sobre as receitas de serviços, na forma da Lei Complementar 70/91, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3º, §1º da Lei 9.718/98, declarada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 357.950.

(iii) O saldo de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais, conforme Nota 7.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/339A-9518-268D-D715> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 339A-9518-268D-D715



Hash do Documento

3A57E872575EF11912AB080F3030D03E08FBAD17DDA8FDA43D7C167287E0FC8B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/02/2023 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 14/02/2023 23:08 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Feb 14 2023 23:08:17 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.4898165 Longitude: -46.689319 Accuracy: 19.265

IP 189.78.21.248

Hash Evidências:

51EFFF44E6BEC27E58B7C4ACE6927E23F7C3E76706B26016073C0E8ABD2F3252



Continuação... RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
 BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
 Em nosso opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
 São Paulo, 13 de fevereiro de 2023
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5
- Edison Arisa Pereira
 Contador CRC 1SP127241/O-0



BMG DTVM
 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 CNPJ Nº 08.030.215/0001-67
 www.bancobmg.com.br/ri

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.
 Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Seguridade. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a DTVM registrou lucro de R\$0,3 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$14,0 milhões, correspondendo a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 2,3%.
 Em 31 de dezembro de 2022, o total de ativos atingiu R\$14,8 milhões, dos quais R\$2,9 milhões referem-se a disponibilidades e R\$7,6 milhões referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros. A DTVM não possui investimento em outras companhias.
 Agradecemos a todos os diretores, colaboradores e parceiros pelo empenho, e aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio e confiança depositados.
 São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.
 A Administração

	Nota	2022	2021
Ativo			
Disponibilidades	3	2.906	2.846
Instrumentos Financeiros		7.560	7.529
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.560	9.529
Outros créditos	4	2.256	2.084
Ativos fiscais		180	156
Diversos		2.076	1.928
Outros valores		2.089	2.089
Despesas antecipadas		2.089	
Total do Ativo		14.811	14.459

	Nota	2022	2021
Passivo e Patrimônio Líquido			
Provisões	6(a)	62	32
Obrigações	6(a)	73	66
Outras obrigações	6(b)	676	361
Total do Passivo		811	459
Patrimônio Líquido	7	14.000	14.000
Outras despesas administrativas		7.000	7.000
Reserva de lucros		7.000	7.000
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.811	14.459

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Capital social	Legal	Estatutárias	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.000	190	6.790		13.980
Lucro líquido do exercício				313	313
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos			(293)		(293)
Constituição de Reservas		16	297	(313)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.000	206	6.794		14.000
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.000	206	6.794		14.000
Lucro líquido do exercício				316	316
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos (nota 7)			(316)		(316)
Constituição de Reservas		16	300	(316)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.000	222	6.778		14.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saldos em 30 de junho de 2022

	Capital social	Legal	Estatutárias	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Lucro líquido do semestre				182	182
Destinação do lucro líquido:					
Dividendos			(182)		(182)
Constituição de Reservas		9	173	(182)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.000	222	6.778		14.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

NOTA 1 - Contexto operacional - Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil, através de Resolução nº 10 de novembro de 2021, comunicamos mudança do objeto social da Cifra Financeira S.A. para "sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários", adotando como nova denominação Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
 As operações da Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("DTVM"), são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições financeiras que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações são intermediadas pela intermediação do Grupo Financeiro BMG. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.
 A DTVM tem por objetivo a prática de operações permitidas às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com as normas legais e regulamentares, passando a fazer parte do conglomerado financeiro BMG. Durante o ano de 2022 a DTVM não realizou operações como distribuidora de títulos.
 A DTVM, constituída sob a forma de Companhia Fechada, controlada pelo Banco Bmg S.A. está situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

"CSLL" para 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 15% a partir de janeiro 2022.
 O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.
 O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja previsto e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
 Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais decorrentes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.
 Foi conferido a DTVM o direito ao não pagamento da CSLL em face da inconstitucionalidade da Lei nº 7.869, de 15 de dezembro de 1988 ("Decisão TRF"). Tal decisão judicial foi proferida pelo Plenário do Tribunal Regional da Primeira Região em sede de Arguição de Inconstitucionalidade, transitando em julgado por decurso do prazo para interposição de recurso pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
(g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

NOTA 3 - Disponibilidades - O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2022	2021
Disponibilidades	2.906	2.846
Total - Circulante	2.906	2.846

NOTA 4 - Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2022	2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.560	9.529
Total - Circulante	7.560	9.529

NOTA 5 - Outros créditos

	2022	2021
Ativos fiscais correntes	180	156
Devedores diversos - País (i)	1.394	1.474
Valores a receber sociedades ligadas	682	454
Total	2.256	2.084
Não circulante	95	1.408

(i) O saldo de devedores diversos refere-se, basicamente, a bloqueios judiciais.

NOTA 6 - Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações

	2022	2021
(a) Provisão e obrigações fiscais		
Provisões	62	32
Provisão para provisões a efetuar	62	32
Obrigações fiscais	73	66
Correntes	73	66
Total - Circulante	135	98
(b) Outras obrigações		
Sociais e estatutárias	629	313
Cretores diversos	47	48
Total - Circulante	676	361

NOTA 7 - Patrimônio líquido (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.000, representado por 279.000 (duzentas e setenta e nove mil) ações, sem valor nominal, todas nominativas, sendo 139.000 (cento e trinta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias e 139.500 (cento e trinta e nove mil e quinhentas) ações preferenciais.
 Não houve movimentação na quantidade de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.
(b) Reservas - Reservas de lucros - Legal: É constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
Estatutária: É constituída com base no lucro líquido no conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitido relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

	Segundo Semestre 2022	2022	2021
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	516	997	489
Total	516	997	489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
 Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da DTVM é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DTVM.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
 São Paulo, 13 de fevereiro de 2023
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5
- Edison Arisa Pereira
 Contador CRC 1SP127241/O-0



Carlos Andre Hermesindo da Silva
 (Diretor de Finanças, Riscos e Compliance)
Paulo Augusto de Andrade
 (Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)
Emerson Jeziel Teodoro Silvestre
 CRC - 1SP183478/O-1
 (Contador Responsável)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DD4E-B58D-7CF4-A9AE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DD4E-B58D-7CF4-A9AE



Hash do Documento

0B354BCBDB89C4A914B5177A510D64E26576ADCF7632BE382BCE89DB3ECD2D35

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/02/2023 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 14/02/2023 23:07 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Feb 14 2023 23:07:43 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.4898165 Longitude: -46.689319 Accuracy: 19.265

IP 189.78.21.248

Hash Evidências:

29F04E827939506757B17D59AEFC49408603C8AFE671E3CA0B23D8BAF4A1C53A



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/bmg-leasing-s-a-arrendamento-mercantil-3/

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font, '&' in a smaller grey font, and 'Negócios' in a blue serif font. A blue triangle points down to the left of the ampersand, and a blue triangle points right to the right of the ampersand.

Empresas
& Negócios